

## DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO CRÍTICA E CIDADÃ

Telmo Marcon

Universidade de Passo Fundo

telmomarcon@gmail.com

### INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A pesquisa mais ampla tem como tema *Pressupostos socioculturais, históricos e epistemológicos para interpretar o Brasil contemporâneo: desafios e contribuições para as políticas educativas*. A delimitação para o presente resumo incide sobre a dimensão política da educação em contextos socioeconômicos e culturais marcados por profundas desigualdades econômicas, exclusões e discriminações de múltiplas naturezas. Por que destacar o político? Em primeiro lugar pela necessidade de contrapor os argumentos que vem sendo usados em discursos propondo um esvaziamento político da educação em nome de uma pretensa neutralidade; em segundo, pela necessidade de explicitar os pressupostos políticos subjacentes a qualquer ato educativo. Educar é jamais um ato neutro. É impossível dar conta das contradições socioeconômicas, políticas e culturais, projetando intervenções educativas que consigam efetivamente avançar numa perspectiva de justiça social e democracia, sem uma fundamentação política clara, movimento que pressupõe valores e escolhas. Aqui, evidentemente há caminhos que são distintos e implicam opções.

Os problemas socioeducacionais não se revolvem com a retirada de disciplinas de caráter reflexivo, nem censurando professores e alunos, como propõe *O movimento da Escola sem Partido*, menos ainda ameaçando quem assume posicionamentos críticos, acusados de esquerdopatas ou comunistas. A ascensão de posturas autoritárias de natureza fascista e a negação de um pensar crítico resultam de opções políticas. A reflexão aqui proposta vai na contramão dos discursos que propõem uma neutralidade política da educação. Ao contrário, defende-se a necessidade de radicalizar abordagens epistêmicas ancoradas em pressupostos

políticos que assegurem as conquistas sociais obtidas, bem como seus avanços em contextos de ameaças ao Estado Democrático de Direito, conforme analisa Casara (2017).

## DESENVOLVIMENTO

Como já enunciava Japiassu na década de 1980 em sua obra clássica *O mito da neutralidade científica* (1981), a neutralidade não existe. Por que não existe? Porque toda ciência é uma construção humano-social. Conseqüentemente, as intervenções investigativas pressupõem pontos de vista e valores que jamais são neutros. Não há, portanto, qualquer possibilidade de uma posição neutra na medida em que é necessário fazer escolhas que devem ser, obviamente, submetidas ao debate público e democrático. A reflexão de Japiassu (1981, p. 80-81) desnuda a pretensão de qualquer neutralidade:

O dogma da racionalidade científica e o da neutralidade axiológica não passam de miragens a serviço de escolhas políticas ou ideológicas. Numa palavra, não passam de mistificações, pois hipnotizam o olhar crítico, como se os conflitos reais e as contingências do conhecimento racional e objetivo pudessem adquirir um estatuto apenas residual da natureza. Onde a importância de analisarmos o caráter praxeológico das ciências humanas, pois, ao se converterem em técnicas de intervenção, em estratégias de ação, desmascara-se o mito da neutralidade de seus agentes e da pureza objetiva de seus resultados.

Além de Japiassu outros pensadores criticam, mesmo que por caminhos distintos, a pretensão de neutralidade da ciência, do conhecimento e das políticas. Entre eles, destacam-se Santos (2008), Wallerstein (2013), Souza (2016; 2017; 2018). Subjacente aos discursos retrógrados que apregoam a neutralidade da educação e da ciência há pressupostos positivistas, largamente questionados por centenas de cientistas sociais, historiadores, filósofos, entre outros.

Na obra “Las incertidumbres del saber”, Wallerstein (2013) fundamenta uma crítica ao cientificismo positivista por sua compreensão parcial de ciência, visto que “seus enunciados de verdade se sustentam por si mesmos sem apoiar-se em afirmações filosóficas mais gerais” (2013, p. 19). Sua crítica à pretensão de neutralidade vai na mesma linha de Japiassu (1981) e conclui: “Se a realidade é incerta, não tem como evitar escolhas. E se as escolhas não podem ser evitadas, é também impossível pretender que os valores, as preferências e os pressupostos do analista não afetam o processo de análise” (2013, p. 53).

Santos (1989) problematiza, também, essas questões e defende a necessidade de romper com o dogmatismo epistemológico que validou apenas alguns conhecimentos e silenciou outros. Daí a proposição que faz de “Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” (2008, p. 93-135). Na sociologia das ausências a preocupação é dar visibilidade a um conjunto de experiências desperdiçadas, enquanto a sociologia das emergências destaca o que há de emergente nos diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Nesse esforço de compreensão é que o autor introduz o conceito de tradução.

Da produção de Jessé Souza destaca-se a forma inovadora de abordar a história do Brasil. Seus esforços investigativos concentram-se em desconstruir os fundamentos que legitimaram um pensamento conservador que se tornou hegemônico, mas não dá conta das contradições existentes na sociedade brasileira, tanto na sua gênese quanto no desenvolvimento histórico. A sua crítica aos conceitos de “homem cordial”, “jeitinho brasileiro”, “democracia racial”, entre outros, ajuda a desvendar como esses discursos escamoteiam a realidade concreta. As pesquisas de Souza contribuem, também, para questionar a farsa dos discursos moralizadores que defendem a neutralidade política da educação.

É nesse contexto de investigação que os dados estatísticos sobre desigualdade ganham maior relevância. Os dados do INEP sobre o Censo Escolar de 2017 dão conta de que 61,1% das creches não tem banheiro adequado; 8,2% das escolas de ensino fundamental não têm vasos sanitários; 45,7% das escolas não têm salas de leitura e bibliotecas e 88,5% das escolas não tem laboratórios. Dados da Oxfam escancaram as desigualdades em termos de renda e riqueza. O relatório de 2017 diz que, no Brasil, seis pessoas “possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres”. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% e 80% da população brasileira vive com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais, (OXFAM, 2017, p. 19). Além dessas desigualdades existem tantas outras como as baseadas na cor e em gênero.

## CONCLUSÕES

As políticas educacionais resultam sempre de escolhas. Não existe qualquer possibilidade de neutralidade em termos de educação. Os discursos em defesa da neutralidade não se sustentam, principalmente quando confrontados com dados sobre as desigualdades socioeconômicas e culturais. Grupos e classes sociais dominantes continuam preservando e reproduzindo privilégios e desigualdades de renda e riqueza.

As políticas de educação ganham, no contexto de crescente ameaça ao Estado Democrático de Direito esse contexto, mais destaque e relevância. Elas devem estar ancoradas em pressupostos políticos que assegurem a construção de uma educação republicana e democrática, no sentido atribuído por Dewey (1979), de formação do cidadão para a vida em sociedade e participante ativo nas transformações sociais e estruturais, tão necessárias para que o Brasil deixe de estar entre os países mais desiguais do mundo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASARA, Rubens R. R. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017.

DEWEY, John. *Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf)> . Acesso em 06 dez./2017.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* 2.ed. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2016.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo, Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 93-135.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Las incertidumbres del saber*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.